

La crise des économies socialistes

Wladimir Andreff

Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1993.

Desde o desmoronamento do sistema socialista, assim entendido o conjunto de países de organização social apoiado no modelo soviético, e a dissolução da própria URSS, coloca-se a questão: como foi possível? Por ora, as respostas ainda não surgiram de maneira satisfatória. Entende-se: a história está muito próxima, a pesquisa sobre o seu desenrolar muito incipiente, e as paixões ideológicas muito vivas, para fazer-se análises objetivas, que possam contemplá-la em toda a sua complexidade.

O esforço que vem sendo realizado nesse sentido ainda é muito circunscrito; na ex-URSS, por conta tanto da necessidade imediata de enfrentar os enormes problemas políticos, econômicos e sociais surgidos no processo de transformação, quanto do desejo de afastamento do velho sistema e de tudo que lhe diz respeito; no Ocidente, segundo o prof. Andreff, por que a crise das economias socialistas provocou uma crise do marxismo e a crise de uma profissão, a do soviétólogo. Não é o caso de se aprofundar aqui essas razões todas. O que parece importante ressaltar é que a ausência ou a insuficiência dessa discussão e o surgimento dos assessores ocidentais no lugar dos soviétólogos, associado à necessidade imediata de enfrentar os problemas da transformação, acabam por levar à desconsideração das características específicas da organização social anterior nesse enfrentamento, tornando ainda mais custoso, política e socialmente, o processo de transição.

Com seu livro, o Prof. Andreff se propõe justamente indicar a relação entre a natureza da crise e da ruptura e as soluções para enfrentá-la, utilizando a experiência acumulada em 14 anos de pesquisa e docência sobre as economias socialistas. Assumindo desde o início que a debacle do sistema está associada às suas disfunções e à incapacidade demonstrada historicamente de se reformá-lo, o prof. Andreff amplia a pergunta preliminarmente posta, propondo-se analisar o que lhe parece um paradoxo: como pôde o sistema sobreviver tanto tempo sem que a crise conduziisse à ruptura? A explicação possível é a de que o sistema possuía mecanismos de regulação extra-planejamento; foi justamente o bloqueio desses mecanismos que a provocou.

A explicação, desenvolvida ao longo do livro, de forma extremamente didática: introduzindo as teorias básicas utilizadas para exame do funcionamento do sistema, o prof. Andreff passa em seguida à análise desse funcionamento e das reformas tentadas para melhorá-lo

nos diferentes países. Mas a originalidade das contribuições do Prof. Andreff surge em seguida: a) na descrição sistematizada dos mecanismos de regulação da economia, através do plano e extra-plano, e na qual, indicado o papel desempenhado pelo mercado - oficial e paralelo - e pela moeda no sistema; b) na sua interpretação do regime de acumulação do tipo soviético, no qual, ao lado do crescimento extensivo, ele destaca o que denomina uma *relação salarial atenuada*. Esta relação ao contrário da que se verifica no fordismo, quando os métodos taylorianos de trabalho são aceitos pelos trabalhadores em contrapartida de um consumo em massa de bens duráveis, consistiria na aceitação, por parte dos trabalhadores, de um consumo mais frugal em contrapartida de um trabalho de intensidade e produtividade aleatórias com direito a um salário garantido, sob a ameaça, para os diretores de empresa, de mobilidade da mão de obra (ameaça possível devido à aparente escassez de mão de obra e à compulsão das empresas para o cumprimento do plano).

Identificada a natureza da crise e constatada a ruptura do sistema, coloca-se a questão de como conduzir a transição. A ela é dedicado todo o capítulo final do livro; partindo das noções de *mudança* (atenção a certas continuidades ou inércias que se mantêm por algum tempo até que surja uma regulação para o novo sistema) e *ruptura* (resultado brutal de uma longa crise), e adotando o enfoque geneticista, o prof. Andreff discute as alternativas *de choque* e *gradualista* da transição sistêmica, passando em revista e avaliando os resultados das experiências com as duas nos países do Leste europeu.

Trata-se, assim, de um livro que oferece aos interessados no tema, uma visão abrangente das questões relacionadas com o processo de transformação das economias socialistas, com uma interpretação que conscientemente e por princípio se afasta da retórica econômica neoliberal, de uma descontinuidade estrita entre essas economias e as questões da transição. Dirigida ao público acadêmico - mas não só a ele - o livro traz ampla bibliografia.

Lenina Pomeranz

Da Faculdade de Economia e Administração e do CEPST - Centro de Estudos sobre os Países Socialistas em Transformação, Universidade de São Paulo.

Precios de cuenta

Elio Londero, ed.

Washington D.C., Banco Interamericano de Desarrollo, 1992

Com o objetivo de desenvolver um instrumental para a estimativa de preços de conta (ou preços-sombra) através de utilização de técnicas de matriz insumo-produto, este livro divide-se em duas partes: a primeira, bastante teórica, trata de conceitos básicos e da metodologia utilizada e, a segunda, com três estudos de caso - Colômbia, Panamá e Venezuela.

O primeiro capítulo, que trata dos conceitos básicos, apresenta os fundamentos da análise custo-benefício (ACB) para alocações alternativas de recursos, discutindo que quaisquer que sejam os critérios adotados para a mesma, estes serão sempre um juízo de valor.

Em seguida é apresentado o conceito de variação compensatória, que visa a analisar o resultado de uma mudança através de um critério de "bem estar econômico" e a sua aplicação na ACB, através da utilização dos conceitos preço de conta e taxa de desconto intertemporal.

Definido o conceito de preço de conta como correspondente à medição dos efeitos resultantes de variações marginais na disponibilidade de bens e serviços, pode-se então comparar projetos de inversão (correntes de insumos utilizados para gerar correntes de bens e serviços) através do benefício líquido total que gera. (O preço de conta é a soma das variações compensatórias atribuíveis a uma demanda adicional unitária).

Também é básico neste tipo de análise a taxa de desconto intertemporal e os critérios de agregação implícitos neste tipo de análise, sendo ambos discutidos cuidadosamente. Ao final do capítulo há um apêndice matemático.

O capítulo dois aprofunda-se no conceito do preço de conta e na forma de calculá-lo. Um projeto de inversão é desejável se a mudança no bem estar total é positiva, o que pode ser analisado com a utilização de preços de conta. Como, porém, os produtos são avaliados nos projetos a preços de mercado, é conveniente utilizar o conceito de razão de preço de conta (rpc), que é a razão entre o preço de conta e o preço de mercado para a avaliação do mesmo.

Como o preço de conta de um bem depende dos efeitos que uma variação de sua oferta ou demanda tem sobre o valor do consumo das pessoas, é importante avaliar como os mercados se ajustam a tais variações. Desta forma, os bens são classificados como produzidos (aumento da demanda satisfeito através de aumento na produção interna) ou não produzidos na margem (demanda adicional satisfeita através de aumento de exportações, diminuição de importações e oferta fixa), a partir do que são fixados critérios para avaliação de preços de conta para os bens.

Em seguida, fixam-se critérios para o cálculo da razão do preço de conta das divisas, dada pela razão entre seu preço de conta e a taxa de câmbio.

Finalmente, há os critérios para a fixação dos preços de conta da mão de obra.

No capítulo três, sobre o uso de técnicas de insumo-produto, delinea-se a lógica da utilização das mesmas para o cálculo de preços de conta, já que as mesmas permitem calcular rpcs para insumos produzidos na margem, através da captação de efeitos intersetoriais.

São apresentadas e trabalhadas as equações que dão origem à matriz e um exemplo numérico de sua utilização.

A seguir, discute-se como calcular as estruturas de custo para bens não comerciados (não afetam diretamente o comércio exterior), como a eletricidade.

A preparação da matriz é explicada passo a passo, mostrando-se as implicações do preço das divisas, impostos à importação e subsídios à exportação, custo de transporte e comércio sobre as rpc dos bens comerciados, quais os critérios para incluir somente os bens não comerciados mais importantes com o objetivo da matriz insumo-produto ser "tratável", como trabalhar com insumos parcialmente comerciáveis, cálculo de fatores de conversão para enfim chegar ao cálculo das razões dos preços de conta.

Finalmente, quando não há uma matriz insumo-produto, pode-se calcular as rpcs segundo os mesmos critérios, obviamente de uma forma mais limitada.

No quarto capítulo, sobre o uso e a atualização das razões dos preços de conta, é mostrado como as rpcs permitem a avaliação de projetos de inversão.

Como já foi dito, projetos de inversão são conjunto de demandas adicionais de insumos para obter certos produtos. Entretanto, a avaliação dos produtos de um projeto é relativamente fácil já que há suficiente estudos de mercado sobre estes. Os insumos, em quantidade bem maior e com poucos dados disponíveis, são mais difíceis de avaliar.

São também discutidos os problemas que a utilização de rpcs para o cálculo de outras rpcs pode causar, além de problemas e procedimentos para a atualização das mesmas.

Todos estes capítulos são de autoria de Elio Londero.

A segunda parte do livro, bem mais extensa, é também bem menos árida, já que se trata de estudos de caso.

Há uma introdução de Elio Londero e em seguida são feitos os estudos de caso propriamente ditos.

O estudo de caso sobre a Colômbia, o mais extenso de todos, é também o mais detalhado, sendo seu autor Héctor Cervini.

Sua estrutura básica, semelhante aos demais, consiste de um breve histórico do país, acompanhado dos principais dados atuais. Em seguida é esquadrihada a metodologia utilizada, mostrando-se como se construiu cada seção da matriz insumo-produto, as fontes, o tratamento das mesmas, o ano de referência. São a seguir apresentados os resultados, ou seja, a estimativa das rpcs dos insumos e produtos que fazem parte da matriz final.

Para a construção da matriz foi utilizada a Classificação Internacional Industrial Uniforme de todas as

atividades econômicas, com o máximo de desagregação possível em vista dos dados disponíveis. Tudo o que foi teorizado na primeira parte é então visto de forma prática.

O mesmo foi feito para o Panamá - escrito por Roberto Fernandez e a Venezuela - escrito por Rodrigo Parrot, de maneira mais sintetizada visto serem as estatísticas nestes países mais pobres.

Concluindo, o livro é interessante para pessoas que trabalhem com o tema. Permite também um melhor entendimento sobre o que, ou qual seria a utilidade prática associada ao conceito de preço de conta - ou preço sombra.

É bastante detalhado, chegando a ser repetitivo, principalmente nos estudos de caso, que às vezes repetem

o que foi dito nos demais estudos de caso e na teoria da primeira parte do livro, como o assunto atualização da matriz.

A parte teórica é bastante matematizada, sem porém apresentar dificuldades maiores, fora confundir-se com os inúmeros símbolos que representam cada um dos conceitos trabalhados na matriz insumo-produto.

O livro apresenta poucos gráficos, mas que auxiliam bastante na compreensão do texto.

Maria Gabriella Christovão Ramos
Mestranda em Economia de Empresas pela
Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

Brasil: O desafio da abertura econômica

Araújo Jr. *et al*

Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1992.

A obra reúne diversos trabalhos apresentados e discutidos no Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas nos anos 1991/92, patrocinados pelo Comitê de Cooperação Empresarial.

Esses trabalhos foram distribuídos dentro das três temáticas que a obra propõe abordar: Reforma Tributária; Ajustamento e Modernização; e Lições do Desenvolvimento. A discussão desses temas se faz extremamente relevante na medida em que são abertas discussões sobre as alternativas existentes para a inserção do Brasil no contexto mundial atual.

Os trabalhos de Arnold C. Harberger, Alvin Rabushka e Lawrence A. Kudlow traçam uma análise das experiências das reformas tributárias em outros países e procuram avaliar suas implicações para o caso brasileiro.

O trabalho de Harberger discute acerca da crise fiscal brasileira, afirmando que a superação dessa crise é uma condição fundamental para estabilização e recuperação brasileira. O autor centra sua análise na avaliação das opções de reforma tributária e suas possibilidades de êxito dentro do contexto brasileiro. De acordo com Harberger, o imposto sobre o *cash-flow* (dedução integral das despesas de investimentos) e o imposto sobre transações financeiras são opções inviáveis para o Brasil. O imposto sobre ativos revela-se uma alternativa interessante, mas existem diversas dificuldades associadas à sua implementação e ao período de transição. O autor apresenta, ainda, as vantagens da adoção de uma tarifa uniforme para importações, citando o bem sucedido exemplo chileno.

O trabalho de Rabushka traz em seu bojo uma proposta de imposto uniforme. Este artigo, extremamente interessante, apresenta um sistema de tributação com uma alíquota única, onde os agentes são tributados sobre aquilo que retiram da economia, e não sobre aquilo que eles trazem à economia. De acordo com o autor, o sistema apresentado diminuiria a evasão fiscal, além de simplificar a própria tributação.

Fechando esta parte do livro, o trabalho de Kudlow analisa o surto de crescimento nos EUA no início dos anos 80. O autor afirma que a eliminação de barreiras e gargalos e a restauração de incentivos ao crescimento caracterizaram a "experiência de crescimento" da era Reagan. Os pontos chave dessa política foram: a redução de alíquotas tributárias, desregulamentação das áreas econômicas chave e a reforma monetária, que restaurou o poder de compra interno americano e reduziu de maneira drástica a inflação em um período de tempo curto.

A segunda parte do livro, referente ao estudo de diferentes ângulos do processo de ajustamento e modernização, traz trabalhos de Geoffrey Shepherd, Francisco Gil Díaz, Gilberto Dupas e José Tavares de Araújo Jr.

Shepherd, em seu artigo "Brasil: obstáculos ao desenvolvimento do setor privado", procura examinar o que significa desenvolver o setor privado. A ênfase é dada na maneira pela qual o ambiente regulatório afeta a capacidade quotidiana do setor privado trabalhar e realizar negócios. O artigo traz, ainda, exemplos sobre os problemas enfrentados por esse setor no Brasil.

Francisco Gil Díaz, um dos responsáveis pelo planejamento e execução das reformas do Governo Salinas, analisa detalhadamente em seu artigo a experiência de ajuste e estabilização mexicana. Uma lição clara a ser extraída desse trabalho é a necessidade de combinar políticas macroeconômicas de estabilização (fiscal e monetária) com reformas estruturais (privatização, abertura econômica, reforma tributária, etc.).

O caso brasileiro volta a ser o tema principal no trabalho de Gilberto Dupas. O autor aponta a necessidade da criação de um novo paradigma de crescimento, cujos pressupostos básicos seriam uma maior abertura da economia brasileira e uma maior articulação com a economia mundial. Dado esse pressuposto, Dupas aponta para a necessidade de um novo projeto de desenvolvimento para o país. Esse projeto deve ser iniciado por uma grande revisão do papel do Estado na economia, que, na ótica do

autor, deve ser menor, descentralizado e sem atuação econômica direta. O passo seguinte para esse projeto seria a formulação de uma política industrial realista e compatível com o atual cenário internacional. Dupas aponta, ainda, para os obstáculos existentes à execução desse projeto.

Encerrando essa parte do livro, Tavares Jr. discute as opções brasileiras em face dos amplos processos de integração econômica existentes na América.

A última parte do livro, referente à análise das diferentes experiências de desenvolvimento, traz trabalhos de Oleg T. Bogomolov e Yuri Melnikov, que analisam os impactos sócioeconômicos advindos do fim da União Soviética. Essa parte traz também os trabalhos de Michael G. Plummer, Chung H. Lee e Ryoshin Minami, que estudam as experiências do leste asiático por ângulos diversos. O ensaio de Amaury Porto de Oliveira encerra o livro mostrando como a América Latina interpreta os tigres asiáticos.

Bogomolov mostra em seu ensaio os efeitos econômicos do esfacelamento da antiga URSS. De acordo com o autor, o colapso da economia russa está associado ao desmantelamento do incipiente mercado consumidor. Esse mercado tinha um importante papel na estrutura da economia e, devido a isso, os incentivos materiais do trabalho tinham sido preservados. Sua eliminação acarretou na queda da produtividade e da disciplina do trabalho. O autor aponta ainda, em seu trabalho, as perspectivas de renascimento da economia russa e sua inserção no novo quadro econômico internacional.

O trabalho de Melnikov, que também analisa os efeitos da queda da URSS, ressalta que a necessidade primordial é a estabilização econômica da ex-URSS e a recuperação dos laços econômicos entre os novos Estados que surgiram.

Plummer analisa detalhadamente os efeitos benéficos dos investimentos diretos estrangeiros, particularmente americanos, sobre as economias do sudeste asiático. O autor analisa também os mecanismos utilizados que atraíram esses investimentos.

O papel do governo no desenvolvimento econômico da Coreia é reexaminado por Lee em seu ensaio. De acordo com o autor, a explicação neoclássica convencional do papel dos governos no desenvolvimento econômico não é aplicável à Coreia, visto que o governo desse

país teve um papel importante e ativo na alocação dos recursos. Por outro lado, a teoria institucionalista não explica adequadamente esse papel, porque não possui uma teoria coerente que explique por que a intervenção governamental acabou resultando em um crescimento acelerado da economia coreana. A tese de Lee é de que o governo e as empresas devem ser consideradas, no caso coreano, uma organização quase interna. Dessa forma, a intervenção do governo nos mercados financeiros seria análoga a uma alocação de fundos no mercado interno de capital de uma empresa que possua uma estrutura de forma M. Essa intervenção alocaria, assim, os recursos de forma eficiente. Lee argumenta também que o papel dessa organização quase interna irá se reduzir na medida em que a economia coreana se desenvolver e se tornar mais complexa.

Ryoshin Minami analisa o crescimento econômico do Japão e suas perspectivas de longo prazo. Nesse estudo, o autor apresenta os elementos condicionantes do crescimento japonês do período pré-guerra e do período pós-guerra, bem como as conseqüências desse crescimento. O autor discute também as perspectivas futuras de crescimento econômico do Japão, analisando os fatores mais importantes que influenciarão esse crescimento: recursos naturais e inovação tecnológica; população e mão de obra; e o ambiente econômico internacional.

O trabalho de Oliveira, que fecha a obra, tem como tema central a abertura econômica do Brasil, procurando discutir questões sobre como e quando esta abertura deve ser realizada. Para Oliveira, o Estado tem papel fundamental nesse processo, pois somente ele tem capacidade de promover e coordenar o esforço de análise e interpretação das forças em atuação no cenário global. A ação do Estado também será imperativa para que a abertura leve a um real desenvolvimento: à efetiva industrialização.

Em suma, o livro é extremamente interessante, dado o nível de riqueza de idéias nele contido. Os artigos são de alto nível e apresentam de forma clara os temas abordados. Além disso, boa parte dos trabalhos apresentam uma bibliografia, que permite ao interessado pesquisar com maior profundidade o tema em questão.

Rogério Mori

Da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

The macroeconomics of populism in Latin-America

Rudiger, Dornbusch & Sebastian Edwards

Chicago, The University of Chicago Press, 1991

O livro consiste em uma coletânea de artigos, organizada por Dornbusch e Edwards, parte de um projeto financiado pelo *National Bureau of Economic Research* e apresentado em conferência no Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Washington. O objetivo principal desse minucioso estudo é analisar as causas da crônica instabilidade econômica dos países

da América Latina: inflação alta, crises de balanço de pagamentos e tentativas infrutíferas de estabilização fazem parte da história econômica da região.

O capítulo introdutório escrito pelos organizadores apresenta um paradigma simplificado das características gerais da "economia do populismo". Segundo os autores, as desigualdades de renda pressionam os polí-

ticos a implementarem políticas baseadas em elevados déficits públicos e intervenções generalizadas nos mercados provocando profundas crises que acabam por prejudicar os segmentos mais pobres da sociedade. Haveria, portanto, uma estreita causalidade entre desigualdade de renda e políticas populistas. Esta hipótese já havia sido levantada em um estudo anterior sobre a América Latina feito por Jeffrey Sachs no livro de Luiz Carlos Bresser Pereira, *Populismo Econômico* (São Paulo, Nobel, 1991).

A primeira parte do livro inclui dois capítulos que tratam dos aspectos mais importantes da economia e doutrinas populistas, desenvolvendo o paradigma Dornbusch-Edwards. Robert Kaufman e Barbara Stallings (capítulo 2) põem em relevo a relação entre política e objetivos econômicos, bem como desigualdade de renda e conflito de classes como causas do populismo. Eliana Cardoso e Ann Helwege (capítulo 3) estudam a distribuição de renda e populismo na América Latina, mostrando empiricamente que experimentos populistas falharam em beneficiar os segmentos mais pobres da população.

A segunda parte do livro apresenta a experiência populista de seis países - Argentina, Brasil, Chile, México, Peru e Nicarágua - e a notável ausência de populismo na história recente da Colômbia. O caso da Argentina é analisado em dois capítulos. Primeiro, Federico Sturzenegger (capítulo 4) analisa a história econômica argentina durante a segunda administração peronista, de 1973-76, constatando que durante aquele período várias tentativas de estabilização - gradual e de choque - foram iniciadas e rapidamente abandonadas. A experiência peronista terminou em rebelião política e colapso econômico. Roque Fernandez (capítulo 5) argumenta que a falta de credibilidade das políticas populistas tem sido a causa dos insucessos dos planos de estabilização na Argentina.

A história moderna brasileira pode ser mais bem compreendida como uma sucessão de diferentes tipos de populismo segundo Paulo Rabello de Castro e Marcio Ronci (capítulo 6). Os autores contestam a noção de que a distribuição desigual de renda causa políticas populistas e que essas sempre possam resultar em desequilíbrios macroeconômicos no curto prazo, embora o efeito das políticas populistas intervencionistas possa vir a afetar o desempenho da economia no longo prazo. O populismo clássico brasileiro do tipo Getúlio Vargas era caracterizado por um notável conservadorismo econômico, adotando políticas fiscal e monetária equilibradas e forte intervencionismo no nível microeconômico. Apesar do populismo brasileiro clássico não desequilibrar a economia no curto prazo, as distorções provocadas por suas políticas intervencionistas nos mecanismos de mercado e o gigantismo estatal seriam a origem da atual estagflação brasileira. Uma análise detalhada do populismo brasileiro após 1985 e os problemas políticos que dificultam a solução da crise econômica podem ser encontrados em "Populismo e política econômica no Brasil", de Luiz Carlos Bresser Pereira, no livro já citado, de sua organização.

Felip Larrain e Patricio Meller (capítulo 7) analisam a política econômica do governo Allende no Chile durante 1970-73. Os autores fazem uma distinção clara entre o programa de reforma estrutural de Allende com dominante orientação socialista e sua política macroeconômica de curto prazo. Esta última tinha importantes elementos populistas que resultaram na euforia inicial de crescimento seguida de colapso econômico. Carlos Bazdresch e Santiago Levy (capítulo 8) examinam a política econômica mexicana dos fins dos anos 50 até a crise de agosto de 1982 e argumentam que na história contemporânea mexicana houve dois episódios populistas - as administrações Cárdenas e Echeverría-Lopez Portillo - onde houve o tradicional ciclo populista de distribuição, crescimento e crise econômica, conforme o paradigma Dornbusch-Edwards. Ricardo Lago (capítulo 9) trata das motivações adjacentes às políticas populistas sob o governo Alán García no Peru e José Antonio Ocampo (capítulo 10) avalia a experiência econômica populista sandinista na Nicarágua.

Finalmente, o artigo de Miguel Urrutia (capítulo 11) analisa a ausência de estratégias populistas na Colômbia e explica convincentemente a histórica estabilidade econômica daquele país. Segundo o autor, a ausência de populismo na Colômbia deve-se a fatores políticos e institucionais, como a natureza clientelista da política, um sistema bipartidário estável e um corpo de funcionários civis bem preparados para assessorar os governos.

A presente coletânea de artigos fornece subsídios valiosos para o estudo de vários experimentos de política econômica da história recente da América Latina. Os artigos são de excelente qualidade e ricos em dados factuais e estatísticos. A única objeção seria a tentativa por parte dos organizadores de englobar todas as experiências populistas na América Latina em um paradigma único, estabelecendo uma causalidade entre má distribuição de renda e políticas populistas. Essa hipótese é, no mínimo, discutível. Vários países islâmicos e asiáticos (Índia, por exemplo) apresentam distribuição de renda fortemente desigual sem, entretanto, se observar desequilíbrios macroeconômicos ou inflação elevada. Ademais, o exame de episódios populistas isolados pode não ser adequado para explicar os efeitos negativos dessas políticas na estrutura econômica de um país no longo prazo. Brasil e Argentina exemplificam bem como políticas econômicas populistas intervencionistas podem prolongar-se por várias décadas interrompidas esporadicamente por pequenos intervalos de racionalidade na política econômica, esclerosando a economia gradativamente e tornando endêmica a inflação elevada.

Marcio Ronci

Do Instituto Brasileiro de Economia da
Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
Editor da revista *Conjuntura Econômica*.

Marxian economics — The new palgrave dictionary

J. Eatwell et alli, eds.

London, MacMillan, 1989

Este é um livro que reúne as principais contribuições ao dicionário *The New Palgrave* de Economia, lançado em 1987, relativas ao tema “Economia Marxista”. O seu objetivo é oferecer ao leitor um quadro amplo e atualizado desta corrente, contando para isso com nomes expressivos e de diferentes filiações teóricas.

Como notado pelos editores na introdução, a análise econômica inspirada em Marx revela-se hoje uma das áreas mais problemáticas dessa tradição teórica, pelo menos se comparada aos resultados bem mais promissores obtidos no campo da História, por exemplo. Se isso pode ser explicado, em parte, pelas condições institucionais desfavoráveis de difusão e debate, por outro lado é certo que uma parcela significativa - talvez a maior - da responsabilidade pelo declínio da vitalidade do marxismo na Economia seja de seus próprios praticantes, envolvidos em uma perspectiva restrita no que se refere tanto aos temas explorados como ao diálogo com a realidade dinâmica do capitalismo e seus outros intérpretes também de extração crítica.

Não obstante, em meio a esse ambiente, surgiram vários esforços no sentido de definir um programa de pesquisa em Economia em consonância ao empreendimento teórico e histórico de Marx, bem como de desenvolver os aspectos analíticos de sua concepção de um modo criativo e aberto. O que o livro editado por Eatwell, Milgate e Newman proporciona é uma boa oportunidade para verificar alguns momentos desse difícil e ainda inacabado percurso.

Podemos começar o comentário do conteúdo do volume com a concepção sistêmica mais geral que caracteriza a análise econômica de inspiração marxista. Acompanhando A. Glyn (“Marxist Economics”), o capitalismo é visto por esta última como um sistema essencialmente contraditório e dinâmico, permeado por relações conflitantes de expropriação e poder entre classes (não só envolvendo capitalistas e trabalhadores, mas também entre os primeiros), que condicionam aspectos essenciais da vida material e institucional. A partir dessa caracterização genérica é possível delimitar quatro áreas básicas de pesquisa, com as quais podemos expor algumas contribuições presentes no livro.

A primeira corresponde à análise da produção capitalista enquanto processo de trabalho, o que é considerado por A. Glyn uma das “características distintivas mais importantes da economia marxista em relação a outras escolas, que analisam a produção exclusivamente em termos técnicos” (p. 275). Na coletânea, a contribuição mais valiosa para o assunto é a de W. Lazonick (“Labour Process”), que além de apresentar, de maneira precisa, a relevância do tema para o estudo de um sistema de produção de mercadorias e riqueza capitalista, aponta algumas limitações encontradas em Marx e que ainda estão presentes em muitas abordagens modernas. Primeiro, nota a dificuldade de representar adequadamente as relações de poder entre grupos sociais no “ponto de produção”, inclusive as atitudes e estratégias de trabalhado-

res frente às múltiplas formas de pressão para aumento de produtividade. Segundo, critica a idéia de uma lógica inexorável de desqualificação da força de trabalho, alheia às diferentes maneiras de intervenção dos trabalhadores na direção da mudança técnica - tese esta consagrada por Braverman (p. 277).

A segunda área típica da economia marxista, compreende a análise do valor, da exploração e dos lucros. Debatido quase obsessivamente por marxistas e não-marxistas (destes, em especial os neo-ricardianos), o tema do valor e dos preços recebe neste volume uma abordagem representativa da atual tendência de rejeitar a relevância teórica e prática da teoria do valor, interpretada como base de uma teoria dos preços, em favor de uma análise que parta diretamente dos custos de produção (Vivo, “Labour Power”; Petri, “Rate of Exploration”; Editores, “Introdução”). Esse ponto é avaliado com algum detalhe por E. K. Hunt e M. Glick (“Transformation Problem”), onde é possível encontrar uma boa resenha das principais posições marxistas no debate, inclusive as mais recentes “soluções” propostas por D. Foley, G. Duménil e A. Lipietz.

O impasse que cerca este debate, por sua vez, encontra-se bem delineado por M. Desai (“Value and Price”), para quem as inúmeras “soluções” e tentativas de demonstrar a inconsistência do percurso de Marx do volume I ao volume III de *O Capital*, não foram capazes de eliminar o conteúdo polêmico da questão, desde que boa parte das intervenções consistiu em formulá-la quase exclusivamente em termos matemáticos. Assim, o debate deteve-se mais em torno das hipóteses e técnicas adotadas - que geram resultados favoráveis a um ou outro grupo - do que no próprio sentido de uma análise do valor, que possui, conforme M. Dobb sustentou há muito, um substrato social e histórico inegável. O fato importante é que, sem negar a validade de uma discussão técnica do tema, a restrição da teoria do valor a uma teoria dos preços constitui um estreitamento fatal na perspectiva econômica marxiana e, desse modo, as pretensões de (in)validá-la através da polêmica formal somente seriam razoáveis em um quadro teórico igualmente limitado - como o neo-ricardiano e o neoclássico, por exemplo.

Por outro caminho vão outras duas contribuições a este bloco. A de J. Roemer (“Marxian Value Analysis”) apresenta uma crítica à teoria da exploração de Marx, de acordo com o ponto de vista do “Marxismo Analítico”, do qual o autor é um dos mais destacados representantes. No fundamental, a sua proposta consiste em reinterpretar Marx à luz dos conceitos e instrumentos aperfeiçoados pela teoria neoclássica, sobretudo a hipótese de comportamento racional dos indivíduos, a teoria dos jogos e a teoria do equilíbrio geral. A principal idéia é a de ampliar o conceito de exploração para todas as mercadorias - portanto, além da força de trabalho -, bastando para isso constatar a diferença entre preços e valores contidos nelas para chegar à fonte do lucro (p. 263).

Embora engenhosa e capaz de retirar o caráter classista da análise de Marx, tornando-a mais aceitável ao “establishment”, o argumento de Roemer apóia-se numa versão sofisticada da desigualdade no âmbito das trocas mercantis, não representando, pelo menos a este respeito, maior novidade - embora, frise-se, em conflito direto com o percurso de Marx nos quatro primeiros capítulos de *O Capital*. O outro texto que pode ser citado é o de D. Gordon (“Distribution Theories”), no qual, de maneira pertinente, ressalta a pouca atenção dada ao assunto na literatura marxista. Ainda assim, indica as contribuições de S. Marglin, da “Escola do Capital Monopolista”, das versões de “Profit Squeeze” e de Kalecki, sugerindo, contudo, que essas abordagens foram incapazes de oferecer um tratamento analítico apropriado à complexidade das relações de poder e conflito entre classes e sua integração com as categorias macroeconômicas - como lucros, salários, produtividade e investimento.

A terceira área importante de pesquisa associa-se à acumulação e às crises. Este é um campo tradicional da economia marxista, contando com inúmeras interpretações desde o século XIX até hoje. Vale destacar no livro, entre outras, as colaborações de P. Kenway, que apresentam um tratamento cuidadoso dos conceitos de “crise” e “realização”, quando o autor faz sugestivas (e polêmicas) comparações com a formulação keynesiana da Demanda Efetiva. Ainda relacionado a este tema, há o item discutido por R. Boyer (“Regulation”), que delinea as principais noções e características da “Escola Francesa da Regulação”, uma das tentativas recentes de renovar a visão marxista tradicional, adotando novos conceitos que incorporem, de forma mais sistemática, as instituições e as relações sociais na análise da acumulação capitalista.

O último campo que se destaca no livro é o que poderíamos chamar de “categorias de análise histórica”, isto é, os conceitos desenvolvidos pela tradição marxista que procuram apreender a natureza histórica e dinâmica da economia capitalista. Entre as várias colaborações, vale ressaltar, inicialmente, a de R. Brenner (“Feudalism”), que traz uma excelente introdução às modernas abordagens neomarxistas do desenvolvi-

mento econômico de longo-prazo. O autor privilegia sobretudo aquelas versões que se inspiram no debate iniciado com a publicação dos “Studies” de M. Dobb, em 1947, traçando um quadro das forças causais de mudança histórica destacadas pelas correntes - as relações de classe, as forças produtivas, as relações de mercado - bem como suas conseqüências analíticas. Ainda nesta área, há textos interessantes de R. Jessop (“Mode of Production”), R. Thomson (“Primitive Capitalist Accumulation”) e, em especial, de J. Thomlinson (“Finance Capital”) e A. Amsden (“Imperialism”), estes últimos sobresaindo-se pela perspectiva crítica que adotam ao lidar com seus temas, oferecendo uma reflexão equilibrada sobre as possibilidades e limites do uso daqueles conceitos na análise moderna do capitalismo.

Vê-se, pelo que foi exposto, que este é um livro importante para um balanço crítico da análise econômica marxista. Inclusive, não deixa de ser surpreendente o conteúdo polêmico e não-homogêneo das opiniões emitidas, tendo em vista uma história marcada pelo dogmatismo e isolamento, como foi a do marxismo no século XX. Antes de casual, contudo, isto pode ser uma indicação de um fato mais substantivo.

Pelo menos como hipótese de interpretação, podemos sugerir que o livro foi bem sucedido ao captar um movimento crítico no interior da tradição marxista que, embora pouco difundido e explorado, tornou-se capaz de produzir reflexões sofisticadas e não-dogmáticas acerca de aspectos centrais da realidade capitalista, algo significativo pelo menos para aqueles que põem em dúvida as credenciais da teoria econômica neoclássica. De fato, autores como Kalecki, Dobb, Hilferding, Steindl e Sweezy, conforme pode ser visto nos textos dedicados às suas obras na coletânea, são bons exemplos desse movimento, demonstrando que a economia marxista pode ser preservada enquanto um poderoso instrumento de análise da economia capitalista.

Renato Perim Colistete
Universidade Estadual de São Paulo